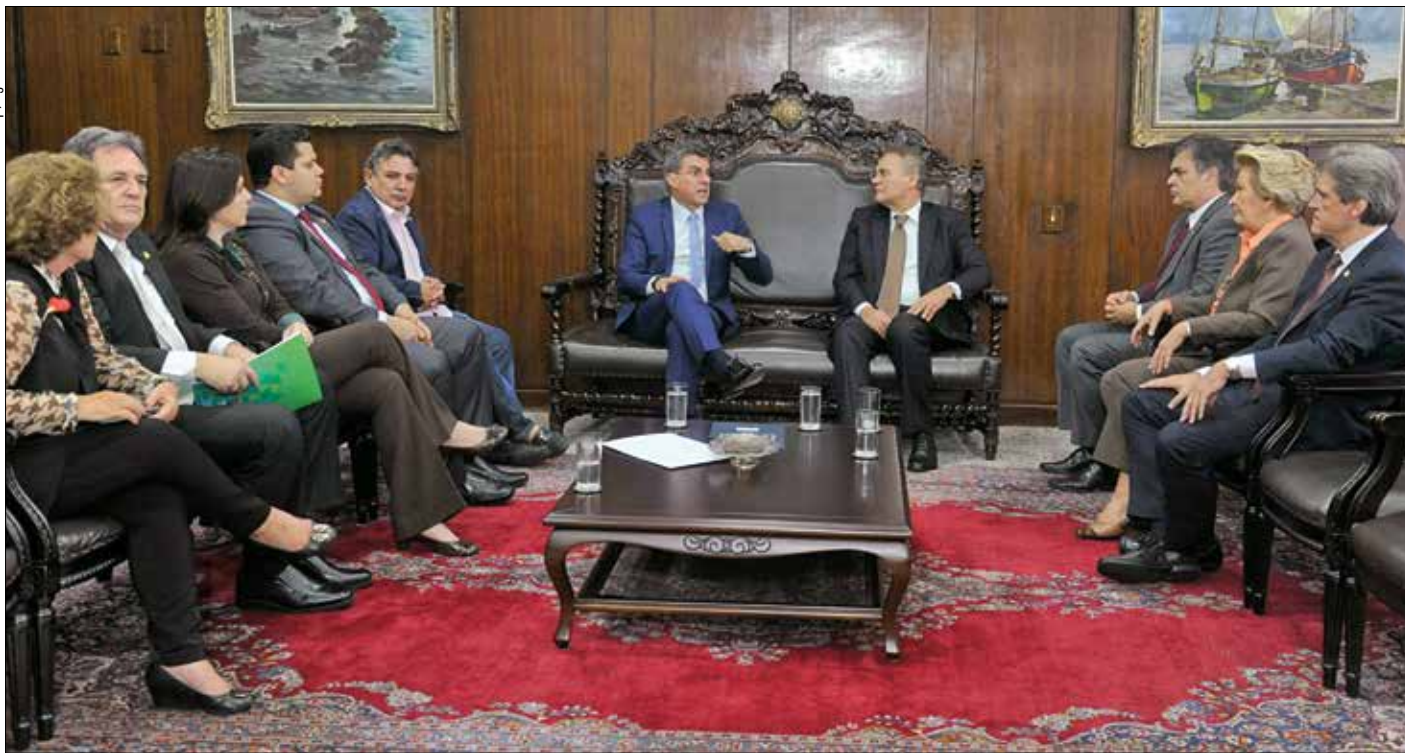




Congresso votará nova meta fiscal para 2016 na terça-feira

Novo ministro do Planejamento afirmou que números serão fechados hoje e que déficit das contas federais deverá ficar acima de R\$ 200 bilhões

June de Araújo/Agência Senado



O presidente do Senado, Renan Calheiros (no centro, à dir.), recebe o novo ministro do Planejamento, Romero Jucá, para tratar da meta fiscal deste ano

O ministro do Planejamento, Romero Jucá, se reuniu ontem com o presidente do Senado, Renan Calheiros, e afirmou que o governo está terminando os cálculos do déficit fiscal deste ano. Segundo Jucá, as contas federais deverão fechar 2016 em mais de R\$ 200 bilhões negativos — montante superior aos R\$ 96 bilhões negativos que haviam sido anunciados pelo governo da presidente afastada Dilma Rousseff. O ministro do presidente interino Michel Temer disse que o governo Dilma “maquiava os números”. “A primeira posição [a ser adotada] para resolver o problema é reconhecer a verdade”, disse Jucá. O valor exato deverá ser anunciado hoje. Segundo Renan, a nova meta será votada na terça-feira pelo Congresso. **3**

Roteiro turístico no Nordeste tem apoio de frente parlamentar

O Plenário aprovou ontem a criação da Frente Parlamentar da Rota das Emoções, que visa estimular o turismo integrado entre Lençóis Maranhenses, Jericoacoara e Delta

do Parnaíba. Também foram aprovados projetos que dão a Laguna e Joinville (SC) os títulos de capitais nacionais dos Botos Pescadores e da Dança, respectivamente. **4**

Rafael Heidermeyer



Lençóis Maranhenses fazem parte do destino turístico da Rota das Emoções

Comissão quer estímulo a doação de alimento

Especialistas defenderam ontem, na Comissão de Agricultura, que o doador de alimento seja responsabilizado por mal causado a quem consumir o produto somente em caso de dolo ou má-fé. A comissão debate o tema previsto em três projetos de lei que visam incentivar a doação. **4**

Renan defende que mulher seja líder do governo

O presidente do Senado, Renan Calheiros, sugeriu que o presidente interino Michel Temer escolha uma mulher para ocupar a liderança do governo na Casa. Segundo Renan, isso seria “uma resposta” às críticas de que o novo governo, ao contrário do anterior, é exclusivamente masculino. **3**

Marcos Santos/Agência USP



Lei permitia uso da fosfoetanolamina enquanto são feitos testes sobre produto

STF suspende lei que liberava a “pílula do câncer”

Por 6 votos a 4, o Supremo Tribunal Federal decidiu ontem suspender a eficácia da lei que autoriza o uso da fosfoetanolamina sintética por pacientes com câncer. A substância havia sido liberada em abril, após sanção da lei que permitia seu uso mesmo sem registro sanitário. A Associação Médica Brasileira, porém, contestou a liberação. **2**

Defensores públicos sugerem “pauta do bem”

O projeto que torna obrigatória a apresentação, ao juiz, de pessoas presas em flagrante, em até 24 horas, para uma audiência de custódia faz parte da agenda chamada de “pauta do bem”, proposta ontem por defensores públicos na

Comissão de Direitos Humanos. Eles criticaram iniciativas pela redução da maioria penal e disseram temer que a reforma da Previdência retire direitos do contribuinte. O debate comemorou o Dia Nacional da Defensoria Pública. **2**



Liana Pacheco, Edson Marques, Paulo Paim, Joaquim Neto e Michelle Leite Santos na Comissão de Direitos Humanos

Roque de Sá/Agência Senado

Em audiência que comemorou ontem o Dia Nacional da Defensoria Pública, representantes da categoria sugeriram uma “pauta do bem” e se ofereceram para participar do debate sobre reforma da Previdência

Defensores apoiam projeto sobre audiência de custódia

UMA AGENDA LEGISLATIVA chamada de “pauta do bem” foi proposta por defensores públicos durante audiência pública na Comissão de Direitos Humanos (CDH) ontem. Eles apoiaram, por exemplo, o projeto de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que torna obrigatória a apresentação ao juiz de toda pessoa presa em flagrante, em até 24 horas após a detenção, para uma audiência de custódia (PLS 554/2011).

A visão é de que a medida ajudará a prevenir prisões ilegais ou desnecessárias e coibir tortura em interrogatórios. Os defensores públicos também criticaram iniciativas legislativas para a redução da maioria penal, entre as quais a PEC 33/2012. Mostraram ainda temor de que a reforma da Previdência cause lesão aos direitos dos contribuintes.

A audiência, proposta e dirigida por Paulo Paim (PT-RS), comemorou o Dia Nacional da Defensoria Pública, 19 de maio.

— A Defensoria Pública é agente fundamental de defesa dos direitos humanos, de inclusão social, porque abre aos mais necessitados a



Senadores e defensores durante audiência na CDH, presidida por Paulo Paim (C)

possibilidade de exercer a sua cidadania — disse Paim.

Para Joaquim Neto, presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos Estaduais (Anadep), a audiência de custódia também ajudará a reduzir a população carcerária, hoje ao redor de 600 mil pessoas. Segundo o defensor, 40% desse total são presos provisórios.

A presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais (Anadef), Michelle Leite Santos, observou que o maior volume de demandas junto à Defensoria Pública da União (DPU) se relaciona aos direitos previdenciários. Ela adiantou o compromisso da Anadef em emprestar sua “voz

e experiência” ao debate sobre a reforma da Previdência, por meio da Frente Nacional em Defesa da Previdência, que será instalada no dia 31 de maio.

O defensor público-geral do Distrito Federal, Ricardo Batista Sousa, comemorou vitória obtida no Supremo Tribunal Federal no dia anterior, contra pedido de derrubada da autonomia orçamentária e administrativa da DPU. Por 8 votos a 2, a Corte rejeitou a ação e manteve o poder do órgão de propor seu orçamento diretamente ao Congresso.

Hélio José (PMDB-DF) e Regina Souza (PT-PI) manifestaram disposição em ajudar no fortalecimento da Defensoria.

Regina elogia campanha em defesa do Sistema Único de Saúde

Regina Sousa (PT-PI) homenageou ontem os defensores públicos, que lançaram uma campanha da categoria em defesa do Sistema Único de Saúde. Ela destacou que o SUS garantiu avanços, mas afirmou que ainda há muitas falhas.

A senadora ressaltou que os defensores atendem a população mais pobre e que não tem como pagar um advogado para exigir seus direitos. E pediu uma maior divulgação das Defensorias, para que as pessoas conheçam o serviço.



Moreira Maniz/Agência Senado

Paulo Paim agradece prêmio recebido por atuação parlamentar

Paulo Paim (PT-RS) informou ter recebido do site Atlas Político um prêmio por sua atuação parlamentar. Entre os senadores, ele foi o que teve a melhor avaliação do site por seu trabalho no Legislativo. Para Paim, o prêmio é resultado de vários anos de atuação em defesa dos trabalhadores, dos aposentados, dos negros e de outros grupos excluídos.

Paim lembrou que, nesse período, apresentou várias propostas que viraram leis, como o Estatuto do Idoso, o da Igualdade Racial, o da Pessoa com Deficiência e a fórmula 85/95 para aposentadoria.

Lúcia Vânia pede empenho contra abuso sexual de menores

Lúcia Vânia (PSB-GO) lembrou a passagem do Dia de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, em 18 de maio. Ela destacou avanços do Brasil nessa área, mas disse que o país ainda vive uma triste realidade que demanda empenho e consciência da sociedade e da classe política.

— Temos que trabalhar para que nossas crianças sejam atendidas em escola de período integral, que tenham prioridade dentro dos governos.



Moreira Maniz/Agência Senado

Supremo suspende lei que liberava a “pílula do câncer”

A lei que permite a produção e distribuição da “pílula do câncer” foi suspensa. Por 6 votos a 4, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem suspender a eficácia da Lei 13.269/2016, que autoriza o uso da fosfoetanolamina sintética por pacientes com neoplasia maligna. Os ministros acataram medida liminar em ação direta de inconstitucionalidade ajuizada pela Associação Médica Brasileira.

A fosfoetanolamina foi liberada em abril, após a sanção da lei que autorizou a produção, a importação, a prescrição, a posse e o uso da substância independentemente de registro sanitário, em caráter excepcional, en-

quanto estiverem em curso estudos clínicos do produto.

Para Humberto Costa (PT-PE), a suspensão da lei era esperada, já que no Brasil há uma legislação rigorosa para venda de medicamentos, que precisam ser submetidos a vários testes:

— O Congresso aprovou, mas sabíamos que haveria decisão do STF nesse sentido.

Já Acir Gurgacz (PDT-RO), que relatou o texto na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), lamentou a suspensão da lei:

— É um prejuízo grande para a população que necessita da fosfoetanolamina.

O líder do PT, Paulo Rocha (PA), classificou a decisão como “invasão de Poderes”.

Gurgacz comemora aprovação de implante de válvula aórtica por cateter para idosos

Acir Gurgacz (PDT-RO) comemorou a aprovação de projeto dele que obriga o SUS a pagar implante de válvula aórtica por meio de cateter para idosos que sofrem de estenose aórtica degenerativa (PLS 688/2015).

Segundo ele, hoje o SUS faz

o implante apenas por cirurgia tradicional, o que, disse, causa um trauma enorme ao doente, gera alto risco de morte e reduz a qualidade de vida do paciente. Isso não ocorre, afirmou, quando o implante é feito por meio do cateterismo.



Jefferson Rudy/Agência Senado

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Sessão para debates

9h A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos e avisos da Comissão Diretora.

CRA Tecnologia no campo

14h A comissão faz o 4º seminário do ciclo que discute a importância das feiras agropecuárias para transferência de tecnologia.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>
 • Alô Senado: 0800 612211
 Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania
 • Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
 • TV: senado.leg.br/TV

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 9h, **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: vago
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário:
 Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Nova meta fiscal de 2016 será votada na terça

Ministro de Temer afirmou que deficit previsto para o ano deve ficar em torno de R\$ 200 bi, acima dos R\$ 96 bi anunciados por Dilma

O CONGRESSO NACIONAL votará na terça-feira a nova meta fiscal do governo federal para este ano. O anúncio foi feito ontem pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, após uma reunião com o ministro do Planejamento, Romero Jucá.

O governo Michel Temer estima que o deficit nas contas federais passe de R\$ 200 bilhões — muito superior aos R\$ 96 bilhões negativos previstos pelo governo Dilma Rousseff. A conta será fechada hoje, para que em seguida o Congresso decida se aprovará o deficit.

— Nós vamos fazer um esforço para na terça votar a redução da meta. Esperamos receber na segunda e reunir os líderes para conseguir isso rapidamente — disse Renan.

No dia da votação que afastou temporariamente a presidente Dilma Rousseff, na semana passada, Jucá informou que poderia ser necessário revisar a meta fiscal, para um valor diferente do enviado pelo governo Dilma ao Congresso.

Segundo o ministro do Planejamento, o governo interino não vai repetir o governo afastado, que, segundo ele, “maquiava os números”:

— Uma das críticas que eu fazia ao governo que saiu era exatamente essa maquiagem de números. A primeira posição para resolver o problema é reconhecer a verdade. E a verdade dos números será apresentada ao país na próxima segunda-feira.

Alguns pontos da nova meta



Senadores e deputados em sessão do Congresso, que se reunirá na terça-feira para votar a meta fiscal prevista por Temer

fiscal que ainda não foram fechados, de acordo com Jucá, se referem ao balanço da Eletrobras e à negociação das dívidas da União com os estados.

Além da redução da meta fiscal, Jucá pediu o apoio do

Congresso para a votação de outros projetos considerados importantes pela nova equipe econômica, como a prorrogação da Desvinculação das Receitas da União (DRU).

— É importante aprovar a

desvinculação. É uma medida emergencial. Depois vamos discutir uma modelagem mais permanente. Isso virá dentro das novas medidas econômicas para melhorar o investimento e racionalizar os gastos públicos.

Renan sugere mulher como líder do governo na Casa

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que seria positiva a escolha de uma mulher para assumir a liderança do governo do presidente interino Michel Temer

na Casa. Questionado ontem sobre a demora do governo em indicar alguém para o cargo, Renan disse que não cabe ao Senado “emparedar” o presidente. Renan estima que, até a

próxima semana, será definido um nome.

— Se for mulher, será bom. Seria uma resposta — disse Renan em referência ao fato de Temer ter sido criticado pela ausência do sexo feminino entre seus 23 ministros.

O presidente do Senado voltou a defender a recriação do Ministério da Cultura, incorporado por Temer ao Ministério da Educação. Segundo Renan, a mudança de secretaria para voltar a ministério pode ser feita pelo próprio Congresso Nacional, por meio de emenda à medida provisória que estabeleceu a nova estrutura ministerial. Ele ressaltou que nisso “seria bom contar com o apoio do governo”.

Em nota, presidente do Senado refuta declarações de Cunha

“Repilo a obsessão do deputado Eduardo Cunha com meu nome. Ela não encontra razões jurídicas ou políticas.

Todas as citações que me envolvem são calçadas em ‘ouvi dizer’ ou avaliações subjetivas. Em relação às falsas imputações de 2007, reitero que fui o próprio solicitante da apuração, para a qual entreguei, voluntariamente, todos os documentos e sigilos. Demonstrei que todos os meus recursos têm origem identificada e lícita. A própria perícia atestou a autenticidade material dos documentos e nada afirmou quanto à questão ideológica.

Sou, portanto, o maior interessado na elucidação dos fatos. Estou e estarei disponível, como sempre estive, para prestar quaisquer esclarecimentos, já que minhas relações com empresas públicas e privadas nunca ultrapassaram os limites institucionais.”

Senador Renan Calheiros
Brasília, 19 de maio de 2016



Renan concede entrevista: “Se for mulher [na liderança do governo], será bom”

Viana questiona barreiras postas em via por Temer

Jorge Viana (PT-AC) criticou a barreira colocada perto do Palácio do Jaburu, onde mora Michel Temer e que é próximo do Alvorada, onde mora a presidente Dilma Rousseff. Com isso, disse, quem se dirige a Dilma é parado e precisa de autorização do Jaburu para passar.

— Faço um apelo ao presidente do Supremo, ministro Lewandowski: questione as autoridades instaladas provisoriamente no Planalto se isso é legal. Faço um apelo às autoridades: que garantam o ir e vir, conforme prevê a Constituição.



Jefferson Rauty/Agência Senado

Raupp apoia plano do governo de dar autonomia ao BC

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) anunciou que o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, enviará ao Congresso uma proposta que estabelece autonomia técnica e decisória ao Banco Central. Como hoje não há garantia constitucional para o exercício autônomo do BC, disse ele, há sempre o risco de interferência política, com consequências para a economia.

— O Banco Central tem natureza técnica e sua atuação deve ser apartidária e isenta, voltada aos interesses do país, e não do governo do momento.



Márcio Mariz/Agência Senado

Para Vanessa, povo jamais quis atual presidente interino

Segundo Vanessa Graziotin (PCdoB-AM), a primeira semana de Temer na Presidência foi caracterizada pelo anúncio de retrocessos econômicos e sociais. Ela espera que Dilma receba de volta seu mandato, mas, se não tiver apoio político para governar, a sociedade deve se manifestar através de um plebiscito.

— Pesquisas mostram que a população queria, de fato, a saída da presidente, mas jamais apoiou a entrada de Temer. Se vivemos um impasse especial, vamos chamar a população [para opinar].



Jane Araújo/Agência Senado

Alvaro: reformas estruturais são urgentes

Alvaro Dias (PV-PR) afirmou que o Brasil precisa passar por uma série de reformas, como a previdenciária, a política e a do pacto federativo, que, segundo ele, são defendidas por grupos organizados e até por políticos, mas nunca são levadas a cabo. O senador disse que é preciso um compromisso amplo e profundo para sua implementação. Para Alvaro, o sistema tributário também precisa de uma ampla reforma.

— O Brasil tem uma carga tributária de primeiro mundo, mas serviços de terceiro mundo.



Jefferson Rauty/Agência Senado

Avanços sociais estão em perigo, afirma Rocha

Avanços sociais obtidos pelo país em várias áreas são ameaçados pelo governo interino de Michel Temer, disse Paulo Rocha (PT-PA). Ele afirmou que os movimentos sociais não vão aceitar isso e já marcaram manifestação para o domingo.

— E vai ser só o começo — advertiu o senador, acrescentando que o PT estará atento e vai lutar contra “retrocessos”.

Ele criticou Temer por rever decisões de Dilma, como a autorização para a construção de 11 mil unidades do Minha Casa, Minha Vida.



Márcio Mariz/Agência Senado

Lasier vê guinada positiva nas Relações Exteriores

Lasier Martins (PDT-RS) elogiou a “correção de rumos necessária e bem-vinda” do Ministério das Relações Exteriores, agora sob o comando de José Serra. Ele afirmou que o chanceler, no discurso de posse, deixou claro que o Itamaraty não vai mais seguir por ideologias ou partidos e vai priorizar acordos bilaterais em vez de multilaterais, que, segundo o senador, só isolaram o Brasil.

— O realinhamento de forças, unindo comércio e política internacional, é o início de uma guinada em nossa área externa.



Jefferson Rauty/Agência Senado

Pela legislação atual, o doador pode ser responsabilizado caso o alimento doado cause algum mal à pessoa que o consumir. Isso dificulta a participação de empresários, como os donos de restaurantes



Paulo Bernhard, Ana Amélia, Kathleen Sousa e Ana Cristina Barros: doador deve ser punido se houver dolo ou má-fé

Especialistas pedem mais apoio a doação de alimentos

ESPECIALISTAS REUNIDOS ONTEM em debate na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) defenderam o fim da responsabilização civil e penal de doador por dano causado ao beneficiário por consumo de alimento doado, desde que não se caracterize dolo ou negligência.

Para o presidente do Banco de Alimentos do Rio Grande do Sul, Paulo Bernhard, a responsabilização, prevista nos Códigos Civil e Penal, dificulta doações e contribui para desperdiçar alimentos.

— Precisamos de uma pequeníssima alteração na legislação, que diga que o doador será civil e criminalmente responsabilizado se for comprovado que houve dolo ou má-fé — defendeu.

Para Kathleen Sousa, do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), a medida é positiva, pois reduzirá o receio de fabricantes de alimentos, donos de supermercados e de restaurantes de fazer doação.

No entanto, ela apontou a necessidade de alertar doador e beneficiário sobre os riscos

sanitários envolvidos.

— Não adianta isentar de responsabilidade e não ter uma atividade educativa com o doador, porque ele nem sempre sabe em que condição o alimento tem que estar para poder ser doado.

Ela sugeriu que as doações não sejam feitas diretamente aos beneficiários, mas a instituições responsáveis pela distribuição dos alimentos, que deve seguir as normas da vigilância sanitária.

— Assim, asseguramos que, quando o alimento chegar ao beneficiário, alguém estará olhando para os riscos envolvidos nessa doação e no recebimento desse alimento.

Projetos

O fim da responsabilidade civil e criminal do doador é objeto de três projetos de lei que tramitam na comissão: PLS 672/2015, de Ataídes Oliveira (PSDB-TO), PLS 738/2015, de Jorge Viana (PT-AC) e PLS 675/2015, da senadora licenciada Maria do Carmo Alves (DEM-SE).

— Estamos consolidando uma legislação para dar segurança jurídica e alimentar a doação de alimentos. O alimento que a pessoa vai receber deve estar em condição de sanidade e com valor nutricional — disse a presidente da CRA, Ana Amélia (PP-RS).

O relator das proposições, Lasier Martins (PDT-RS), apresentará substitutivo reunindo sugestões dos especialistas e dos colegas da comissão.

— Teremos ainda mais um debate, com a presença de proprietários de restaurantes e bares. Pretendo fazer esse relatório em conjunto, consultando os colegas à medida que formos aprontando determinados pontos — afirmou.

Ana Amélia e Waldemir Moka (PMDB-MS) manifestaram preocupação com o desperdício de alimentos preparados, especialmente em

refeições servidas nos refeitórios de grandes empresas, nos presídios e nas escolas.

— Há uma perda estimada de 10% a 12% no sistema de produção de refeições coletivas. Num país que passa fome, é uma injustiça muito grande — afirmou Ana Amélia.

Banco de alimentos

No mesmo dia, a senadora lembrou, em Plenário, o sucesso do Banco de Alimentos do Rio Grande do Sul, que distribui toneladas de alimentos a instituições assistenciais e conta com o envolvimento de toda a comunidade no combate ao desperdício.

— As empresas jogam no lixo milhares de toneladas de comida saudável porque hoje a legislação criminaliza o doador. Na Europa, está sendo multado quem não doar os alimentos.

O Banco de Alimentos do Rio Grande do Sul é liderado pela Federação das Indústrias do estado e interliga uma rede que coleta, armazena e distribui alimentos doados a 331 entidades, beneficiando 21 mil famílias.

No Brasil, informou Kathleen Oliveira, existem 220 bancos de alimentos, dos quais 80 são públicos. Mensalmente, são distribuídos alimentos a 10 mil instituições beneficentes, que ajudam na alimentação de 4 milhões de pessoas.

Os senadores conheceram ainda a experiência do Sesc, que contabilizou a distribuição de 45 milhões de quilos de alimentos em 2015, complementando a refeição de 1,6 milhão de pessoas, como relatou a representante do Sesc, Ana Cristina Barros.

— O trabalho do banco de alimentos pressupõe o combate ao desperdício — disse, acrescentando ser imprescindível o engajamento da sociedade nesse trabalho.

Plenário aprova Frente Parlamentar da Rota das Emoções e mais dois projetos

O Plenário aprovou ontem três projetos. O primeiro deles (PRS 35/2015) institui a Frente Parlamentar da Rota das Emoções, que visa interligar, em um mesmo roteiro turístico, os Lençóis Maranhenses, o Parque Nacional de Jericoacoara e o Delta do Parnaíba. O projeto foi apresentado pelos nove senadores do Ceará, Piauí e Maranhão e segue para promulgação.

O PLC 192/2015 concede a Laguna (SC) o título de Capital Nacional dos Botos Pescadores. A cidade desenvolve a pesca da tainha em cooperação com golfinhos. No mundo, apenas Maurítânia, na África, e Mianmar, na Ásia, têm algo semelhante. Os botos, em

atitude ainda inexplicada pela ciência, cercam o cardume e emitem um sinal para que o pescador lance a tarrafa ao mar. O autor é o deputado Esperidião Amin (PP-SC).

Já o PLC 88/2015 elege Joinville (SC) como a Capital Nacional da Dança. Há mais de 30 anos, Joinville promove um festival de dança considerado pelo *Guinness Book* como o maior evento no mundo em número de participantes: em torno de 4,5 mil bailarinos. O autor da proposta é o deputado Marco Debaldi (PSDB-SC).

O senador Dalírio Beber (PSDB-SC) foi o relator das duas últimas propostas, que seguem agora para sanção presidencial.



Os Lençóis Maranhenses fazem parte do percurso da Rota das Emoções

Dário Berger defende loteria para socorrer cidades em estado de calamidade pública

O projeto que cria uma fonte de recursos para o atendimento a vítimas de calamidade pública foi defendido por Dário Berger (PMDB-SC) em Plenário. De autoria do senador, o PLS 56/2016 está na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).



Jefferson Rudy/Agência Senado

O texto prevê que, a partir do reconhecimento da calamidade pelo Executivo, a Caixa Econômica Federal ficará obrigada a fazer, num prazo de 20 dias, um concurso de loteria especial para arrecadação de fundos a serem repassados às cidades atingidas.

Ângela cobra incorporação de servidores de ex-territórios ao quadro da União

Ângela Portela (PT-RR) disse que a situação dos servidores públicos melhorou nos últimos 13 anos, nos governos Lula e Dilma, mas que várias categorias têm sido submetidas a injustiças. Ela pediu a votação, no Senado, de várias propostas legislativas que



Jefferson Rudy/Agência Senado

podem melhorar as condições dos funcionários públicos.

A senadora voltou a cobrar a incorporação dos servidores de ex-territórios ao quadro funcional federal e pediu que o novo ministro do Planejamento, Romero Jucá, dê atenção especial à questão.

Fundo de Fomento às Exportações precisa ser regularizado, afirma Wellington Fagundes

Wellington Fagundes (PR-MT) pediu a regularização do Fundo de Fomento às Exportações (Fex), instituído pela Lei 13.166/2015. Disse que Mato Grosso, que exporta a maior parte da sua produção de grãos, algodão e carne, não recebe impostos da exportação, mas



Mônica Moritz/Agência Senado

tem compensação pelo Fex.

Também defendeu a aprovação de projeto, do qual é relator, que prevê auxílio financeiro da União a estados e municípios, para estimular as exportações (PLS 168/2016). O texto é de Lúcia Vânia (PSB-GO).

Importância das feiras agropecuárias é tema de audiência pública

A importância das feiras agropecuárias e tecnológicas para a divulgação de pesquisas e a transferência de tecnologias ao setor produtivo será debatida hoje pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). A discussão dará ênfase à 5ª Rondônia Rural Show, que será realizada em Ji-Paraná entre os dias 25 e 28 deste mês.

O debate é uma iniciativa dos senadores Acir Gurgacz (PDT-RO) e Ana Amélia (PP-RS).

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Leia Especial Cidadania sobre o tema: <http://bit.ly/cidadania545>